

**PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CRENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

**METODOLOGIA:** O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO:** O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas					INTERVALO				
E-books Audiobooks					INTERVALO				
Atividades/Interação					INTERVALO				
Suporte c/Tutoria					INTERVALO				
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

**SINCRONICIDADE:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

**TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

**AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO:** Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. **TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. **MATERIAIS DIDÁTICOS:** Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. **INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. **SOBRE A**

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO:** A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

## **ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES**

**TÍTULO DO PROGRAMA:** Preparatório PGE - Procurador do Estado

**CARGA HORÁRIA:** 210 horas

**PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO:** 27 dias.

**PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO:** 90 dias.

### **OBJETIVOS GERAIS:**

Através do ensino a distância você poderá fazer o preparatório online de AGE/MG - Procurador do Estado, que abrirá novos horizontes profissionais para quem deseja aprofundar seus conhecimentos.

Neste curso online você poderá estudar em casa por um material de qualidade e obter uma melhor colocação profissional em pouco tempo.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

**DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:** O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente

com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;

- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Princípios do Direito Processual do Trabalho  
Organização judiciária trabalhista e investidura dos juízes  
Jurisdição e competência trabalhista  
O Ministério Público do Trabalho  
Fontes e autonomia do Direito Processual do Trabalho  
Partes e procuradores  
Despesas processuais  
Recursos Trabalhistas I  
Recursos Trabalhistas II  
Recursos Trabalhistas III  
Recursos Trabalhistas IV  
Estrutura dos atos de execução  
Execução de Sentença  
Dissídio coletivo I  
Dissídio coletivo II  
Ação rescisória  
Sindicalismo - Propedêutica  
Organização e administração de sindical  
O sindicato como base da estrutura sindical  
Conflitos coletivos de trabalho e suas soluções I  
Conflitos coletivos de trabalho e suas soluções II  
Conflitos coletivos de trabalho e suas soluções III  
Paralisação coletiva do trabalho  
Solução jurisdicional dos conflitos de trabalho  
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho I  
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho II  
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho III  
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho IV  
Contrato individual do trabalho I  
Contrato individual do trabalho II  
Introdução à remuneração e salário  
Composição do salário  
Modalidades de salário  
Formas de pagamento do salário  
Proteção ao salário  
Isonomia salarial  
Alterações do contrato individual de trabalho  
Suspensão e interrupção do contrato de trabalho  
Extinção do contrato de trabalho I  
Extinção do contrato de trabalho II

Extinção do contrato de trabalho III  
Extinção do contrato de trabalho IV  
Garantia de emprego e estabilidade  
Institutos Urbanísticos do Estatuto da Cidade  
Modalidades tributárias e tributos em espécie;  
O regime jurídico administrativo  
Princípios do regime jurídico administrativo ? parte I  
Princípios do regime jurídico administrativo ? parte II  
Ato administrativo  
Atividades administrativas ? parte I (serviço público)  
Teoria geral do processo ? processo administrativo disciplinar  
Agentes públicos  
Intervenção do Estado na propriedade privada  
Bens públicos  
Responsabilidade civil extracontratual do Estado  
O controle da legalidade da administração pública  
Obrigações em geral e modalidades  
Obrigações: transmissão, adimplemento e extinção  
Obrigações: extinção e inadimplemento  
Obrigações e contratos  
Contratos em geral  
Contratos em espécie: compra e venda  
Contratos em espécie: contrato estimatório, doação e locação  
Contratos em espécie: empréstimo, empreitada, depósito e mandato  
Contratos em espécie: fiança, transporte e seguro  
Direito das coisas: posse e propriedade em geral  
Aquisição da propriedade e direitos de vizinhança  
Condomínio, propriedade resolúvel, propriedade fiduciária e direitos reais sobre coisa alheia  
Usufruto e direitos reais de garantia  
Sucessão em geral e sucessão legítima  
Sucessão testamentária I  
Sucessão testamentária e responsabilidade civil  
Empresário  
Teoria geral das sociedades  
Sociedades em espécie  
Sociedades em espécie  
Títulos de crédito  
Recuperação da empresa  
Falência  
Contratos mercantis  
Propriedade industrial  
Concorrência e consumidor  
Direitos e garantias fundamentais  
A organização dos poderes ? poder legislativo da União I  
A organização dos poderes ? poder legislativo da União II  
Imunidades parlamentares  
Processo legislativo constitucional ? lei complementar e ordinária  
Processo legislativo constitucional das medidas provisórias  
Processo legislativo constitucional  
Controle de constitucionalidade de leis e atos normativos  
Controle de constitucionalidade ? controle difuso realizado pelo poder judiciário  
Controle de constitucionalidade II  
Controle de constitucionalidade III  
Penas e suas aplicações  
Sursis, livramento condicional e efeitos da condenação  
Linhas introdutórias I  
Linhas introdutórias II  
O inquérito policial I

Inquérito policial II  
Atos processuais  
Ação penal I  
Ação penal II  
Jurisdição e competência  
Competencia Ratione Loci I  
Competencia Ratione Loci II  
Prisão temporária, prisão em flagrante e prisão domiciliar  
O novo regime da prisão preventiva  
Medidas cautelares diversas da prisão e concessão de liberdade provisória com ou sem fiança  
Teoria geral das provas  
Provas em especie  
Questões e processos incidentes I  
Questões e processos incidentes II  
Questões e processos incidentes III  
Procedimento Penais  
Procedimento do júri  
Habeas corpus  
Competência e capacidade tributária  
Princípios constitucionais tributários  
Princípios do processo, atos, termos e prazos  
Dissídios individuais I  
Dissídios individuais II  
Dissídios individuais III  
Execução trabalhista e ações especiais  
Lei 8906/94 - Estatuto da Advocacia  
Continuação da lei 8906/94 ? Estatuto da Advocacia  
Código de ética e disciplina da OAB I  
Código de ética e disciplina da OAB  
Regulamento geral do estatuto da advocacia e da OAB  
Conceito de Direito Constitucional e objeto de estudo  
A constituição brasileira de 5 de outubro de 1988  
Os direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988  
Os direitos fundamentais sociais na constituição brasileira de 1988  
Teoria geral dos recursos I - Conceito e Princípios Fundamentais  
Teoria geral dos recursos II - Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito de Recursos  
Teoria geral dos recursos III - Efeito dos Recursos  
Novo Regime do Agravo I  
Novo Regime do Agravo II  
Apelação I  
Apelação II  
Embargos de Declaração  
Embargos Infringentes  
Embargos de Divergência  
Recurso Ordinário Constitucional  
Fundamentos e Hipóteses de Cabimento dos Resp e Rext  
Juízo de Admissibilidade e de Mérito do Rext e Resp  
Prequestionamento no Rext e Resp  
Processamento dos Recursos Extraordinário e Especial  
Súmulas Vinculantes  
Princípios e Hermenêutica das Ações Constitucionais  
Mandado de Segurança Individual I  
Mandado de Segurança Individual II  
Direitos Difusos e Coletivos  
Ação Popular  
Ação Civil Pública I  
Ação Civil Pública II  
Mandado de Segurança Coletivo I

Mandado de Segurança Coletivo II  
Ação Direta de Inconstitucionalidade  
Ação Declaratória de Constitucionalidade  
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
Ação de Consignação em Pagamento / Ação de Prestação de Contas  
Ações Possessórias I  
Ações Possessórias II  
Ações de Desapropriação I  
Ações de Desapropriação II  
Embargos de Terceiro  
Ação de Usucapião I  
Ação de Usucapião II  
Petição inicial I  
Petição inicial II  
Atitudes do réu I  
Atitudes do réu II  
Atitudes do réu III  
Partes e procuradores  
Litisconsórcio I  
Litisconsórcio II  
Intervenção de terceiros I  
Intervenção de terceiros II  
Intervenção de terceiros III  
Intervenção de terceiros IV  
Intervenção de terceiros V  
Formação, suspensão e julgamento do processo  
Audiência Preliminar e Audiência de Instrução  
O instituto da prova no processo civil I  
O instituto da prova no processo civil II  
O instituto da prova no processo civil III  
O instituto da prova no processo civil IV  
O instituto da prova no processo civil V  
O instituto da prova no processo civil VI  
O instituto da prova no processo civil VII  
O instituto da prova no processo civil VIII  
Sentença I  
Sentença II  
Coisa julgada I  
Coisa julgada II  
Coisa julgada Inconstitucional  
Ação rescisória I  
Ação rescisória II  
Evolução Histórica do Direito Processual  
Princípios de Direito Processual Civil I  
Princípios de Direito Processual Civil II  
Jurisdição  
Tutela Jurisdicional Objetivada I  
Tutela Jurisdicional Objetivada II  
Competência  
Ação: Elementos e Condições  
Ação e suas Condições  
Defesa e Exceção  
Processo  
Atos, Termos e Prazos Processuais  
Vícios e Nulidades do Ato Processual  
Introdução à tutela de urgência  
Tutela cautelar  
Processo cautelar

Antecipação de tutela: generalidades  
Antecipação de tutela: espécies e requisitos de concessão  
Antecipação de tutela: efetivação e peculiaridades  
Tutela cautelar versus tutela antecipada  
Poder geral de cautela  
Provimentos antecipatórios em espécie  
Competência no processo cautelar  
Cessação, modificação e revogação da medida cautelar  
Sentença e coisa julgada no processo cautelar  
Responsabilidade objetiva nas tutelas de urgência  
Ações cautelares específicas I  
Ações cautelares específicas II  
Ações cautelares específicas III  
Tutela específica  
Liminares contra o Poder Público  
Tutela jurisdiccional executiva  
Títulos executivos judiciais  
Títulos executivos extrajudiciais  
Execução para pagamento de quantia certa I  
Execução para pagamento de quantia certa II  
Execução para pagamento de quantia certa III  
Execução para pagamento de quantia certa IV  
Execução para pagamento de quantia certa V  
Defesa na execução - noções gerais  
Defesa na execução  
Defesa incidental - embargos  
Defesa endoprocessual - exceção de pré-executividade  
Defesa endoprocessual - impugnação  
Defesa heterotópica  
Liquidação I  
Liquidação II  
Cumprimento da sentença I  
Cumprimento da sentença II  
Cumprimento da sentença III e execução contra a Fazenda Pública  
Execução fiscal  
Execução fiscal  
Execução para entrega de coisa certa ou incerta  
Execução para cumprimento de obrigação de fazer e de não fazer  
Execução de alimentos  
O Direito Empresarial no Contexto da Gestão  
A empresa como Entidade Econ mica e sua Decodificação Jurídica: as Firms Individuais e as Sociedades Empresariais  
Principais Instrumentos de Captação de Recursos no Brasil  
Prática do Ato Empresarial, Insolvência e Reorganização Societária  
Direito Econ mico  
O Direito Ambiental no Brasil e os seus Princípios Gerais (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
A Constituição Federal e o Meio Ambiente (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Meio Ambiente no Ordenamento Jurídico Brasileiro (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Sistema Nacional do Meio Ambiente (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Política Nacional do Meio Ambiente e os Instrumentos Jurídicos (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Tutela Jurídica da Fauna e da Flora (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Crimes Contra o Meio Ambiente (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Responsabilidade Criminal Ambiental (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Responsabilidade Administrativa por Danos ao Meio Ambiente (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
O Dano Ambiental e a Responsabilidade Civil (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Instrumentos Processuais de Defesa do Meio Ambiente (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Tutela Jurídica do Meio Ambiente Cultural (não contempla as alterações da Lei n  12.651/2012)  
Introdução à jornada de trabalho  
Jornada ordinária

Jornada extraordinária -prorrogação da jornada e horas extras  
Compensação de jornada  
Jornada noturna e obrigatoriedade do registro  
Períodos de repouso  
Finanças Públicas: de que se trata?  
Normas Gerais de Direito Financeiro  
Principais Instrumentos da Política Fiscal  
A Proteção a Pessoa Portadora de Deficiência  
A Garantia de Prioridade no Atendimento  
Crimes contra a fé pública - Parte 1  
Crimes contra a fé pública - Parte 2  
Teoria Constitucional: princípios fundamentais  
Direitos e garantias fundamentais  
Poder Legislativo, Processo Legislativo e Poder Executivo  
Criança e adolescente: sujeitos de Direitos Fundamentais  
Políticas de atendimento e medidas aplicáveis a criança e ao adolescente  
Justiça da infância e juventude e procedimentos relativos  
Crimes contra a Administração Pública - Parte 1  
Crimes contra a Administração Pública - Parte 2  
As Políticas de Atendimento aos Interesses de Idosos  
Direitos Fundamentais do Idoso  
Crimes e Infrações Administrativas  
Controle de Constitucionalidade  
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal I  
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal II  
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal III  
Crimes contra a Organização do Trabalho  
Controle da Administração Pública  
Gestão de Contratos  
A concessão e as parcerias público-privadas  
PPP: Parceria Público-privada  
Franquia, Terceirização, Convênios e Consórcios Públicos  
Segurados da Previdência Social, Empresa e Empregador Doméstico  
Financiamento da Seguridade Social  
Seguridade Social: salário de contribuição e contribuições, obrigações, decadência e crimes  
Plano de benefícios da Previdência Social II  
Noções de Direito Administrativo  
Teoria do órgão, classificação e poderes do Estado  
Princípios constitucionais referentes à Administração Pública  
Princípios constitucionais da Administração Pública  
Poderes administrativos  
Noções de centralização, descentralização e desconcentração administrativa  
Deveres e poderes administrativos  
Seguridade Social  
Seguridade Social: princípios constitucionais  
Plano de Benefícios da Previdência Social I  
Plano de Benefícios da Previdência Social III  
Plano de Benefícios da Previdência Social IV  
Plano de Benefícios da Previdência Social V  
Orçamento Público  
O Conceito de Orçamento Público  
Noções de Estado, Governo e Administração Pública  
Responsabilidade Civil da Administração Pública  
Conceitos da Constituição  
Licitação  
Administração Pública  
Direito à Educação  
Princípios Orçamentários

Créditos Adicionais: Lei 4.320/64, arts. 40 ao 46

Estado de sítio

Direito Constitucional

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos I

Análise das bancas examinadoras

Lei 8.429/92: Improbidade Administrativa

Direitos e deveres individuais e coletivos II

Direitos e deveres individuais e coletivos III

Dos Direitos Sociais

Da nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos políticos

Da organização do Estado

Da organização dos poderes: do Poder Legislativo

Poder Executivo, Poder Judiciário e Funções Essenciais da Justiça

Introdução ao Direito do Consumidor

Proteção da vida e da saúde do consumidor

Práticas comerciais

Legislação do Direito Orçamentário Brasileiro

Ciclo Orçamentário

Dicas de estudo para concursos públicos

Proteção Contratual

Sanções legais às violações do Código de Defesa do Consumidor

Receita Pública

Direito Penal

Lei Penal no Tempo

Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro

Conflito de lei no espaço e preenchimento de lacunas jurídicas

Despesa Pública

Tópicos Especiais de Despesa Pública

Lei de Responsabilidade Fiscal

Lugar do crime, relação de causalidade e relevância da omissão

Crime consumado, crime tentado, desistência voluntária e arrependimento eficaz

Crime impossível, crime doloso e crime culposo

Do crime preterdoloso, erro sobre elementos do tipo e erro de proibição

Exclusão de ilicitude

Imputabilidade Penal

Concurso de pessoas

Pessoa natural

Pessoa jurídica

Bens

Atos, fatos e negócios jurídicos

Defeitos nos negócios jurídicos

Nulidades dos negócios jurídicos, prescrição e decadência

Ato ilícito e provas

Licitações

Contratos administrativos

Parcerias Público-privadas na Lei 11.079/2004

Conceitos, esboço histórico e perspectiva econômica

Caracterização da falência, legitimidade ativa e passiva

Aspectos procedimentais da falência - Parte I

Aspectos procedimentais da falência - Parte II

Aspectos procedimentais da falência - Parte III

Atividade empresarial: aspectos teóricos e práticos

Atividade empresarial: efeitos da falência quanto aos bens do falido e quanto às pessoas e aos bens dos sócios e administradores - Parte I

Atividade empresarial: efeitos da falência ao falido, seus sócios e administradores - Parte II

Administração da falência - Parte I

Administração da falência - Parte II

Os contratos na Lei de Falências

Os contratos na Lei de Falências: contratos em espécie - Parte I  
Os contratos na Lei de Falências: contratos em espécie - Parte II  
Ineficácia e irrevogabilidade dos atos  
Das medidas aplicáveis: declaração de ineficácia e ação revocatória  
Negócios Jurídicos  
Introdução ao Direito Tributário  
Sistema Constitucional e Princípios do Direito Tributário  
Imunidades Tributárias  
Impostos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios  
Legislação Tributária  
Obrigação Tributária  
Responsabilidade Tributária  
Crédito Tributário: Lançamento e Suspensão da Exigibilidade  
Extinção e Exclusão do Crédito Tributário  
Garantias e Privilégios do Crédito Tributário e Administração Tributária.  
Remédios Constitucionais  
Contrato Individual de Trabalho  
Extinção do Contrato de Trabalho I  
Estabilidade e Garantia no Emprego  
Extinção do Contrato de Trabalho II  
Remuneração e Salário I  
Remuneração e Salário II  
Férias, Aviso Prévio e FGTS  
Jornada de Trabalho, Flexibilização e Terceirização  
Direito Coletivo do Trabalho  
Conflitos coletivos de trabalho  
Segurança e Medicina do Trabalho  
Prescrição e decadência, convenções e acordos coletivos de trabalho e greve  
Dicas para concursos públicos